



MULHERES E EDUCAÇÃO EM ALAGOAS: FLORES FRIAS

Elione Maria Nogueira Diógenes
elionend@uol.com.br
Dayvid de Farias Santos
dayvid542@gmail.com
(UFAL)

Resumo

Estudo sobre o analfabetismo feminino em Alagoas a partir da memória oral das idosas. Objetivou-se recuperar a narrativa memorigráfica de idosas que não tiveram a oportunidade de estudar de modo que essas pudessem fazer o reencontro com as motivações pessoais, familiares, sociais, culturais e econômicas que sustentaram suas exclusões do sistema educacional. Metodologicamente trabalhou-se com a história oral compreendendo que permite ouvir a versão das próprias pessoas que viveram os acontecimentos e protagonizaram histórias. Assim, chegamos à conclusão que as idosas entrevistadas foram sujeitos e vítimas de uma época em que o poder patriarcal no Nordeste se materializava de forma determinante nos destinos das mulheres.

Palavras-chave: Analfabetismo feminino. Mulheres. Educação alagoana.

1. As flores não falam

Tratamos neste artigo não apenas da analfabetização de mulheres como um diagrama social e sim enquanto um componente essencial de suas subjetividades, lembrando Fernando Pessoa¹: sou o intervalo do que desejo ser e o que realmente fizeram de mim.

Neste sentido, a história de vida dessas mulheres inscreve-se no que podemos qualificar de história dos vencidos permeada de silêncios e de interstícios, em que a oralidade ganha sentido quase mágico. Portadora de liberdade em que o ‘dono’ ou a ‘dona’ da voz se apropria de sua forma de ser, a oralidade vem sendo recomposta como base de saber e de viver pelos estudiosos desde as primeiras décadas do século XX.

Ferdinand Saussure (1857-1913) afirmava que o discurso oral era superior ao da escrita, defendendo que esta nada mais era que um esforço humano complementar ao primeiro. Buscamos, pois, neste trabalho imergir na fala oral: admitindo-a como um elo narrativo reconstrutor entre o que foi e o que poderia ter sido.

¹ Poeta e escritor português. Fernando António Nogueira Pessoa nasceu no fim do século XIX, em Lisboa, no dia 13 de Junho de 1888 e faleceu em 30 de Novembro de 1935 na mesma cidade.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Adentramos esse espaço para compreender a memória de idosas – apreendendo que esta noção é uma construção histórica que denota um sentimento de senilidade e de fragilidade existencial da condição humana – com relação à problemática do analfabetismo. Trata-se, aqui, de memórias de mulheres analfabetas que ultrapassaram sua época e imergiram n’outra com as marcas de um passado excludente.

Atravessamos as memórias dessas mulheres através de uma série de interlúquios. No início, a idéia era a de mapear a memória dos idosos do estado de Alagoas sob a perspectiva da autobiografia. Depois, passamos a selecionar as falas por meio dos relatórios de entrevistas e a classificar as temáticas. Neste sentido, percebemos que em muitas das falas havia um tema recorrente: a negação ao direito de escolarização. Deste modo, interessou-nos mais avidamente a abordagem da questão do analfabetismo feminino em Alagoas, enfatizando o drama vivido por essas mulheres nas primeiras décadas do século XX e que atravessou suas vidas.

Em se tratando das idosas², a exclusão materializada no acesso negado à escolarização demarcou até o fim de suas existências seu lugar na sociedade em que se construíram mulheres. Sim, por que:

Ninguém nasce mulher: torna-se. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma humana que a fêmea assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1986, p. 323).

Essa ‘mulher’, hoje, não é mais só ‘mulher’, é uma ‘mulher idosa’, que migrou de uma condição ‘jovem’ para outra, mas que trouxe as marcas de suas outras condições e contradições: sociais, educacionais, culturais, religiosas, afetivas, históricas e políticas. Por isto, abordamos neste trabalho ‘fragmentos’, ‘lampejos’, ‘mínimos fotográficos’ trazidos pelo fio do registro memóriográfico dessas mulheres que vivenciaram a situação de analfabetismo interditando sua

² O conceito de idoso nas sociedades Ocidentais está ligado geralmente à questão da produtividade no contexto do modo de produção capitalista. Entretanto, tal noção tem sofrido alterações culturais e históricas. Deste modo, adotamos o conceito de idoso presente no recente Estatuto do Idoso aprovado em 2003, no artigo 10 em que esse é “[...] pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais [...]”.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

inserção autônoma no mundo Ocidental civilizado trazido para a Terra Brasilis, mais especificamente para as ‘Alagoas’³.

O conceito atual de analfabetismo constitui, segundo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) na “(...) capacidade que uma pessoa tem para engajar-se em todas aquelas atividades em que [o letramento] é necessário para que ela funcione de modo efetivo dentro de seu grupo e comunidade e também para capacitá-la a continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo matemático em prol de seu desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade”⁴.

Eis o que se fizemos: uma incursão no universo das memórias dessas mulheres que se constituíram enquanto analfabetas por meio de uma escolha social (não voluntária) onde as mesmas têm marcado e demarcado seu lugar na História como seres subordinados à mão da ‘paternidade’ e da ‘masculinidade’.

2. O analfabetismo em alagoas: questão social

A problemática social do *déficit* educacional de Alagoas com a sua população (tanto homens como mulheres) não é de hoje. Em verdade, essa problemática está no cerne da formação social dessa parte territorial do Brasil. A gente e o povo desse estado trazem encarnado em contextos reais essa situação com profundos desdobramentos sócio-históricos.

Alagoas é um dos Estados brasileiros com um dos mais elevados índices de analfabetismo, isto é, 25%⁵. Para entender o ‘prodígio histórico’ do analfabetismo em Alagoas percorreu-se um itinerário a partir da primeira República até a década de trinta. Constatamos com isso, a problemática da escolarização através de autores que vivenciaram a realidade da educação

³ Nome topográfico usado para designar o atual estado de Alagoas. Antes, o termo referia-se ao complexo de lagoas, riachos, lagunas, lagos e outros acidentes hidrográficos que cortavam e cortam essa parte da região Nordeste do Brasil.

⁴ Para completo entendimento do termo, ver: Harris e Hodges, 1999.

⁵ De acordo com a PNAD 2007, no Estado de Alagoas, um em cada quatro habitantes com mais de 15 anos não sabe ler e escrever.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

alagoana, como Craveiro Costa e Graciliano Ramos⁶. Assim, evidenciamos os principais fatores que forjaram a atual situação do analfabetismo no Estado.

Nos primeiros anos da República, a educação escolarizada obteve pouquíssimos avanços, não levando melhorias significativas para o século XX. O início do novo século foi marcado por uma extrema precariedade no âmbito educacional, realidade dos grandes centros urbanos, sobretudo na zona rural. O acesso das pessoas que residiam em locais distantes das cidades do interior do Estado era de enorme dificuldade, muitos não conseguiam ou não podiam conciliar Escola e Trabalho, a maior necessidade era quem determinava a escolha, naquele momento, a necessidade de ajudar a manter a família através do trabalho.

A escolarização que se apresentava era ofertada para uma minoria, para aqueles que dispunham de melhores condições financeiras, ainda assim, as condições de ensino eram precárias, tornando ainda mais difícil a escolarização do homem do campo. Diversas foram as tentativas de implantar melhorias na educação, tentativas essas, elaboradas através de várias Reformas educacionais. De 1890 à década de 1930 foram lançados 53 Decretos e 18 Leis. Ao menos no papel, as autoridades tinham a pretensão de reformular a educação escolarizada no nível primário, secundário e Normal.

As Reformas atingiam os mais variados setores, desde a administração à regulamentação de novos cursos. No entanto, só a partir de 1924 esses Decretos e Leis começam a esboçar concretamente a construção de prédios escolares. Em tal momento, isso era de grande carência no Estado. Em 1896, infelizmente, o estado de Alagoas dispunha de 236 cadeiras de educação primária. Três anos depois possuía 251 escolas, no entanto nenhuma delas em prédios próprios⁷. É importante esclarecer que as reformas educacionais alagoanas antecederam as grandes reformas nacionais. Tais reformas eram respaldadas nos ideais escolanovistas, com a liderança de Anísio Teixeira, de Fernando de Azevedo, de Lourenço Filho, enfim, os mentores intelectuais considerados progressistas da educação no Brasil.

⁶ Craveiro Costa foi jornalista e historiador deixou registrados vários artigos nos periódicos locais como o Gutenberg. Neles demonstra sua insatisfação pela situação da educação do Estado. Graciliano Ramos foi um grande literato alagoano, ocupou cargos administrativos na secretaria de educação do Estado de Alagoas e deixou registrados os relatórios referentes ao período. Ambos os autores têm valiosa importância para a história da educação alagoana.

⁷ A esse respeito ver Costa, 1931.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

No entanto, uma reforma ocorria em detrimento de outra que não tinha sequer tempo de amadurecer. A cada novo governo uma nova proposta educacional. Deste modo, muitas não vigoraram por completo, sofriam intervenções do poder dos grandes coronéis e eram efetivadas de acordo com seus interesses. Assim, anulavam os melhores propósitos e vigoravam aquilo que lhes fossem convenientes principalmente do ponto de vista econômico.

O Estado era dominado por algumas famílias de enorme influência no meio político, econômico e educacional, muitos eram grandes latifundiários como enfatiza Ramos (s/d) “Os maiores do município, governo e oposição, vinham de um grupo de famílias mais ou menos entrelaçadas, poderosas do Nordeste: Cavalcantis, Albuquerque, Siqueiras, Tenórios, Aquinos”.

Essa questão é muito séria e essa herança domina – de uma forma ou de outra – as modernas políticas educacionais que são implantadas no Estado. Neste sentido, agravam-se ainda mais os problemas da educação. Nesta perspectiva, fica evidente o descaso do poder público com a educação, principalmente do nível primário elementar. No entanto, a problemática acerca do analfabetismo tem ainda outras dimensões.

Vale à pena destacar como era entendida por muitos naquela época a finalidade da escola. Costa (1931) afirmava que o grande problema da escola era porque não formava o homem para o trabalho. O modelo de escola da época continha a idéia de que esta era ineficiente e inútil, portanto desnecessária. Comenta-o:

O grande problema que a escola tem que resolver é de educar as massas populares no sentido de sua fixação nos campos agrícolas e pastoris, do seu aparelhamento para o trabalho consciente, do seu valor como elemento de produção e riqueza. Esse problema a escola atual não resolverá nunca. E a prova de sua ineficiência só não a ver quem olha as coisas superficialmente. (COSTA, 1931, s/p).

Esta percepção leva ao entendimento de que o sujeito não-letrado é apenas um “peso morto”, completamente inútil para o desenvolvimento da sociedade. Aqueles que de alguma forma não foram alfabetizados tem sua cidadania anulada, uma vez que “a escola não prepara o homem para o trabalho” formando assim um enorme índice de semi-analfabetos.

No estado de semi-analfabetos que deixa a escola, forma a turba-multa de eleitores de cabresto que os manda-chuvas regionais manejam despoticamente e gera a multidão de inconscientes, e propicia a infiltração das idéias corrosivas da ordem social que o comunismo está propagando por toda parte. (idem).





Essa concepção tornara-se comum, uma vez que, naquele momento, afluía a idéia da formação do homem enquanto trabalhador para a indústria, “só através desse processo o Estado se desenvolveria”. Em tal período, Alagoas tinha carência de profissionais capacitados para desempenharem funções na indústria, idealizava-se com isso a preparação das massas populares para sua inserção nas indústrias que estavam em processo de implantação no Estado.

Contudo, o ideal de uma educação utilitarista não provocou grandes mudanças na situação da escolarização em Alagoas. O analfabetismo continuou atingindo elevadíssimos índices e a escola continuou sendo abstrata, transmitindo conteúdos abstratos. A educação permanecia praticamente estagnada. Assim foram as primeiras décadas do século XX no Estado.

Dessa forma, as interdições sofridas pela população alagoana, desde o não desenvolvimento ou não aplicação de políticas públicas que realmente mirassem a questão educacional, no sentido de melhorias, fez assim perpetuar toda a problemática do analfabetismo, essencialmente no interior do Estado e, sobretudo para as mulheres, que além dos problemas políticos sofriam também as intervenções do patriarcalismo, e de uma sociedade machista.

3. Memórias de idosas: os olhares do desejo

Apesar de a sociedade pós-moderna não valorizar o conhecimento alicerçado na memória oral, esta não morreu; e, sim, sobrevive no mais íntimo recôndito do ser humano. De fato, a memória oral é resquício vivo de uma cultura tradicional que não foi soterrada. Quando se fala em predominância de uma cultura escrita, de caráter eminentemente técnico e racional não se deixa de reconhecer a sua importância, porém é de bom teor enfatizar que nesse tipo de cultura industrial “[...] a velhice é maléfica, porque nela todo sentimento de continuidade é destruído.” (BOSI, 1994, p. 203).

Dado a isso, é importante recuperar ‘outras portas de entrada’ para a ‘escrita da História’ porque a subjetividade nunca é totalmente alcançada única e especificamente pela via do conhecimento sistemático e científico. Daí que reconstruir trajetórias de vida por meio de narrativas é recuperar a fala testemunhal de pessoas que em geral têm dificuldade em se





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

reconhecerem como parte de uma cultura letrada e que tende a negar ‘falas’ não funcionais ao sistema sócio-metabólico do capital.

Isto é por certo válido para os seres humanos que ultrapassaram o limiar da existência não servindo mais como força de trabalho útil à acumulação do capital. Por certo tem-se que a memória oral, neste caso, age como ponte de referência sócio-histórica. Magalhães⁸ assim pensa:

O papel da memória é tradicionalmente valorizado entre os mais velhos, assim como suas lembranças constituem patrimônio coletivo, expresso e revivido permanentemente no contato com as novas gerações, sejam crianças ou adultos. Ao velho e ao antigo cabem, na sociedade tradicional, papéis e padrões comportamentais apoiados no valor da respeitabilidade.

Tal citação levanta reflexões sérias. A primeira delas diz respeito à urgente necessidade de recolocar no centro da História da educação em Alagoas a História oral como via metodológica privilegiada de escrita dos “Caminhos da Educação” aqui traçados. A segunda refere-se à reconstrução da memória dos idosos e a terceira trata-se de remontar (como num quebra-cabeça) a condição feminina educacional no que toca à negação ao direito de alfabetização.

Isto porque no quadro geral da educação alagoana, a mulher sofreu discriminações violentas quanto ao seu direito de alfabetizar-se. As memórias de idosas nascidas no início do século XX atestam tal discriminação. Através desses relatos⁹ mostram-se os fatores responsáveis do analfabetismo feminino. Certo é que, desde a colonização das terras alagoanas imperou o patriarcalismo, de forma que se negou por meio deste à educação escolarizada feminina. Os pais geralmente não permitiam a inserção das filhas nas escolas como depreendemos da fala de D. Severina:

Eu queria muito ter estudado, mas meu pai só deixava os meus irmãos estudarem, as filhas mulheres ele dizia que se fosse para a escola iria aprender a fazer cartinha para o namorado, a gente tinha que ficar em casa ajudando a nossa mãe.

Como pode ser analisado, as mulheres ordinariamente não frequentavam a escola. Um dos principais agravantes para o não desenvolvimento da educação feminina escolarizada no interior do estado está relacionado com a condição econômica das famílias. Em geral, as famílias de baixa

⁸ Ver MAGALHÃES, Dirceu acessado em www.dirceudiretorio.maphistartigos.com.br em 24 de março de 2010 às 16h.

⁹ Trabalho realizado por alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas compreendendo o período de 2008 a 2010.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

renda não tinham acesso à educação, como relata D. Rosa, idosa, nascida na fazenda Patrocínio no município de Atalaia em 1913:

Na fazenda onde morava quem podia pagava uma pessoa para ensinar, mas ela não tinha condições, trabalhava no campo para ajudar seus pais, que também não estudaram, segundo ela pelo mesmo motivo.

Para grande parte das pessoas do interior alagoano que vivia do cultivo da roça, pequenos agricultores, e particularmente, para a mulher, a sociedade rural exigia somente a adequação ao modo de vida rural, à maternidade, ao cuidado da casa, dos filhos e do marido, enfim. O saber adquirido na escola não tinha serventia para seu modo de vida, um grande equívoco. D. Eufrásia, idosa, nascida em 1912 no município de Capela zona rural do Estado, confessa que

[...] sempre admirou quem sabia ler e escrever “as palavras são muito bonitas”, mas que para sua vida elas não tinham importância, pois o que se devia saber é como plantar, criar animais, cuidar dos filhos, afazeres da casa...

Cuidar da casa, dos filhos e do marido **são coisas que** segundo nossa entrevistada acima independem do estudo. Constatamos a aceitação dessa idéia por várias mulheres. O patriarcalismo se mostrava tão forte que muitas mulheres nele se reconheciam e absorviam aquela concepção de submissão ao homem como algo natural e normal: tinha que ser assim e os valores da sociedade da época eram dessa forma. A condição financeira constituiu-se em um determinante que impossibilitou a entrada dessas mulheres na escola, principalmente para aquelas que residiam nas cidades do interior do estado, visto que (como já foi mostrado neste trabalho) poucas cidades do interior possuíam escolas públicas e para aqueles que residiam em locais afastados desses centros e não tinham recursos financeiros a escolarização era praticamente inviável.

Em igual perspectiva relata D. Tina, entrevistada, nascida em 1929, na cidade de Marechal Deodoro relata sua experiência enfatizando o mundo do trabalho campesino dominando a sua existência:

Eu me dedicava ao trabalho da roça, onde morei não tinha escola por perto, não tive acesso à escola de forma que o meu pai também não mostrava interesse algum, apesar de ter um relacionamento bom e legal com o meu pai isso não mudou nada. Além do mais as escolas ficavam na cidade e eu morava longe.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O mesmo drama é possível perceber na fala de D. Raimunda, nascida na cidade de Jequiá da Praia, Fazenda Prata zona rural do Estado de Alagoas:

No tempo que eu nasci e cresci não tinha escolas perto, não tinha essas coisas, depois foi que chegou um velho para ensinar, aí foi quando eu já estava com 10 anos, ainda estudei a “carta do ABC.

É óbvio que a distância territorial é um problema sério, mas isto não se constitui em um acaso e sim uma opção política. Eis o que nos diz D. Santinha, idosa, nascida na cidade de Anadia no interior do Estado em 1927:

Quando eu era criança eu trabalhava de roça, meu pai mandava a gente trabalha minha fia, até 10 anos... Não tinha escola perto, tinha escola na cidade e só quem estudava era os fios dos ricos. Meus pais também não estudaram, viviam de roça, eles diziam que não podiam paga a passagem pra gente estuda, então tinha que trabalha.

Para D. Quidinha, nascida na cidade de São José da Lages, em 08 de dezembro de 1929, o problema era relacionado à diferença de classe:

Quem estudava morava longe, só as pessoas que tinham muito dinheiro podiam estudar fora do interior. [...] Era tudo distante, longe de onde eu morava.

As diferenças de classe social não podem ser minimizadas numa sociedade profundamente desigual como a brasileira e quanto mais longe o interior mais difícil o acesso. Tal relato nos é dado por D. Firmina:

Nessa época não tinha escola onde eu morava, nem ouvia falar.

Tal informação é corroborada por D. Eulália, idosa, nascida na cidade de Campo Alegre em 1928:

Onde eu morava não tinha nenhuma escola, pois eu morava afastada da cidade. Na cidade até que tinha uma escola.

D. Zilmar, idosa, nascida em 1917 também concorda:

Não tinha escola perto, minhas amigas iam a escola, mas era muito, muito longe perdia tempo e eu tinha que trabalhar.

Para D. Zélia, idosa, nascida em 1928, além da distância havia o pater poder:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A escola que tinha onde eu morava quando era menina era muito longe da minha casa, muito longe mesmo, meu pai nunca ia me deixar ir para escola estudar naquela lonjura.

Entretanto, somando-se o problema da distância e da impotência perante o poder do pai, ainda havia a questão do trabalho infantil, que na época era uma necessidade principalmente dos pais mais empobrecidos por sua condição campesina. D. Firmeza deixa claro, a razão pela qual não podia ir à escola:

Não pude freqüentar a escola, pois minha família era muito pobre, meu pai não permitia que eu e meus seis irmãos estudássemos, dizia que lugar de pobre era na roça, para trabalhar e ter o que comer, pois, o estudo não dava nada a ninguém.

Outro fator foi apontado por D. Carmelita, idosa, nascida em 04 de fevereiro de 1915:

Não se ouvia falar em escola e morava em um lugar de difícil acesso e não havia vizinho por perto, era como se vivesse isolados do mundo, e meus pais não tinham leitura então como ia aprender a ler?

Ou seja: some-se miséria, distância territorial que se traduz no isolamento social e família analfabeta e teremos uma reprodução dessa situação em seus filhos. Pelo menos é o que lemos no seguinte desabafo de D. Melina, nascida em 1929:

Nunca tive acesso a escola, pois meus pais eram analfabetos e pobres e desde cedo me colocarem pra trabalhar na roça para que pudesse ajudá-los, eu e meus irmãos.

O que constatamos nesses relatos é um misto de dor e de sonho amputado. Por um lado, essas mulheres que são hoje idosas acham que perderam suas vidas e que não há mais como recuperar o tempo perdido. Por outro: acham que devia ser assim mesmo, como podia ser diferente? O certo é que: os sonhos interrompidos continuam fazendo parte do imaginário dessas idosas, como seria sua vida se tivessem tido oportunidade de estudar? Neste momento, apreendemos apenas lamentações por esses desejos não alcançados ou não permitidos. Por onde andam meus sonhos? Eis as respostas:

Se eu tivesse estudado teria sido alguma coisa importante, teria feito alguma coisa pelo os outros e ajudado muito, tinha sido alguém mais independente, eu estou sempre dependendo dos outros para saber e fazer alguma coisa na vida. Se eu tivesse estudado, talvez tivesse sido uma “coisa” melhor e não estivesse aqui, pois ia saber ler, ia conseguir um emprego, e seria uma professora, eu e meus filhos teria uma vida melhor.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Teria sido professora, estudado direito. Pra ensinar a quem não prestava. Se eu tivesse estudado, eu queria estudá pra pega um emprego de farmácia, mas eu não sabia assiná, na farmácia tem que saber assiná pra ser vendedô... Tinha sido melhor, não tinha sofrido tanto nas casas, tinha criado os meus fios com mais facilidade, se tivesse um emprego bom de assiná a carteira.

No decorrer deste trabalho percebemos os diversos fatores pelos quais as idosas entrevistadas não tiveram a possibilidade de ingressarem na vida letrada. A situação financeira das famílias agravava muito e era um dos principais empecilhos para a não inserção destas mulheres na escola. Como vemos nos depoimentos de D. Maria e D. Josefina:

Não tive a oportunidade de estudar, porque logo tive que começar a trabalhar na roça.

Casei-me aos vinte anos e tive oito filhos. Todos passaram pela escola, porém a maioria teve que abandonar os estudos para se dedicar ao trabalho na roça.

Hoje, muitas têm uma concepção negativa da subjetividade do sujeito analfabeto e de sua condição social. Em muitos relatos evidenciamos esta idéia, a diferenciação entre os sujeitos letrados e não letrados, a dependência dos analfabetos, a ignorância, a não capacidade e por outro lado a independência dos alfabetizados sendo vistos como sujeitos capazes de alcançarem os seus objetivos. Desta forma para elas,

Analfabetismo significa uma pessoa que nunca teve oportunidade de estudar e não sabe de nada nem ler e escrever, já uma pessoa alfabetizada é uma pessoa que sabe ler, escrever, ficando mais independente e realizando através da sua profissão, que conseguiu realizar os seus objetivos e seus sonhos.

Muito ruim, a pessoa que não sabe ler, nem vai pra frente, nem vai pra trás. Quem não sabe ler vai para algum lugar? Vai sempre depender de alguém e isso é ruim.

Ler as coisas, só coisa boa, quem saber ler sabe de tudo lendo.[...] A pessoa que ler, é uma pessoa direita, e quem não sabe não é nada, é burra.

Na visão dela, uma pessoa alfabetizada é apenas a que sabe ler e escrever e analfabeta é aquela que não sabe.

Uma pessoa alfabetizada é aquela que sabe lê e escrever, é aquele que estudou. E o analfabeto é quem não sabe de nada, que não estudou “como eu”. diz a idosa.

Uma pessoa alfabetizada sabe tudo e não é enganada facilmente. Porém, uma pessoa analfabeta é considerada “cega”, pois não tem conhecimento algum.

Ah, minha filha, quem não sabe ler e escrever serve de cavalo para os outros montar.

Alfabetizada é uma pessoa que sabe das coisas, sabe principalmente saber ler e escrever. Eu como não aprendi nada disso, sou dependente dos outro até hoje.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

É demais quem conseguem ler e escrever, pois aprender algo e conseguir passar as instruções para os outros é muito bom.

Se eu tivesse estudado era outra, num estudei fiquei pra trás, que não aprende faz nada.

Diante de tantas dificuldades qual o futuro essas mulheres atingiram? qual o resultado que a vida sem as letras lhes proporcionou? Em geral, é observada uma vida de submissão e sofrimento, de dedicação a vida do lar, seja do seu próprio lar ou das casas onde algumas foram trabalhar pra garantir o sustento da família ou então deram continuidade a vida rural no cultivo da roça.

Fui pra cidade cuida de bebê, com 16 anos eu me casei, eu num queria casá, ôche, mas ele pediu pro meu pai e ele dexô, mai ai é que foi sofrimento..foi pior, meu marido era muito ruim, gastava o dinheiro todo com as mulhé, ficou mais difícil...

O certo é que para o imaginário social da época em que essas mulheres viveram a educação não se articulava a uma perspectiva de ascensão, pois, para os trabalhadores do campo, interessava apenas lidar com a terra e as “letras” aí não iriam fazer nenhuma diferença, a educação formal para os homens desse tempo era desnecessária. Segundo Paulo Freire (1979), “A sabedoria parte da ignorância. Não há ignorantes absolutos. Se num grupo de camponeses conversamos sobre colheitas, devemos ficar atentos para a possibilidade de eles saberem muito mais do que nós.” Portanto, o saber “se faz através de uma superação constante”, onde Freire relata que não há ignorantes absolutos, mas também não há conhecimento absoluto.

Todos nós temos a nossa própria sabedoria independentemente de ser letrada ou não. Entretanto, o mundo mudou e a educação passou a ser vista cada vez mais como um forte capital¹⁰ em que esta se apresenta como valor econômico, portanto como insumo dentro do contexto capitalista industrial. O depoimento de D. Amélia que iniciou os estudos e depois precisou abandoná-los demonstra que muitas vezes os pais até se esforçavam, mas eram vencidos pela força da necessidade financeira:

Depois não fui mais estudar, apesar do esforço dos meus pais para nos da educação, a gente tinha que se alimentar também, vesti e calçar, então acabávamos indo trabalhar no serviço pesado, nas plantações de café, era duro e cansativo.

¹⁰ Para maior aprofundamento desta questão, ver Schultz, 1971 e 1973.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Subjetivamente, a vida sem o convívio com as letras fez essas mulheres passarem por momentos de humilhação e chegarem a sentir vergonha, aceitando e introjetando o estigma educacional de “burra”...

Uma vez viajei para casa de uma das minhas filhas e o motorista me deixou no endereço marcado por ela, ele foi embora e me deixou sozinha, mas não consegui achar a casa que estava logo na minha frente porque não conhecia os números. Aprender a ler é tudo na vida de uma pessoa, queria poder ler a bíblia, escrever meu nome, é muito triste não saber escrever o próprio nome. Depois que eu vim morar aqui (Maceió), a professora dos meus filhos falou que eu podia dar uma olhadinha nas aulas, mas eu tinha vergonha era muito velha. Tudo o que a gente vai fazer precisa de estudo, se a gente chega num lugar e não sabe ler, fica dependendo dos outros. [...] que sente vergonha de não saber ler e escrever e que às vezes mente para as pessoas, dizendo que não enxerga bem, para que alguém leia alguma coisa para ela.

Um dos fatores que impossibilitaram o acesso dessas mulheres à escolarização é a questão cultural e diz respeito a forma como era percebida a escolarização, principalmente, pelo homem do campo naquela época, o tipo de conteúdo aplicado na escola na visão deles não era necessário para o desenvolvimento do tipo de vida que eles seguiam. Não tinha utilidade. Assim:

Meus pais disseram que eu não ia pra escola, lá só aprendia porcaria. Nunca me interessei minha família sempre trabalhou na roça e para trabalhar na roça não precisa de estudo não é “mermo”. Algumas pessoas principalmente as do meu trabalho comentavam como era a escola e todas as coisas que poderia aprender nela, e mesmo tendo curiosidade de conhecer não se importava em tentar estudar e me achava incapaz de aprender por nunca ter ido numa antes.

Hoje, essas mulheres vêem a escolarização com outros olhos e percebem a importância dela e a falta que ela fez em suas vidas...

Eu acho os estudos uma coisa muito importante para a vida de cada um, se quem hoje pode estudar, conhecesse a realidade de vida naquele tempo, faria de tudo para valorizar os estudos. Hoje eu vejo a importância dos estudos muito mais do que naquele tempo, por ver meus filhos com vidas totalmente diferentes da minha naquele tempo. Na escola são tantas coisas que é ensinado e é muito importante para a vida, mas o que eu mais queria era aprender a ler, escrever e fazer contas. Os estudos têm grande importância na vida de cada indivíduo, porque pode ser considerado alguém que sabe tudo e que tem a possibilidade de conquistar um bom emprego. Naquela época meu pai não sabia, mas hoje eu sei que a educação pode mudar o futuro da gente.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Eu sei que o estudo é importante, a pessoa aprende a ler, escrever, contar, sabe explicar bem as coisas, o estudo é tudo na vida de uma pessoa. A pessoa que não sabe ler é muito difícil conseguir um trabalho para se manter.

É muito importante estudar, para saber o que acontece no mundo, e compara uma pessoa analfabeta a um cego; olha para uma palavra, mas não sabe o que quer dizer, é o mesmo que não está olhando para tal palavra.

É importante demais até. Porque é bom pra pessoa arrumar um emprego bom. Se eu tivesse estudado eu era outra, podia ter achado um emprego bom, porque ói, eu trabalhei muito lavando roupa, com trouxas na cabeça entregando na casa do povo, trabalhei de cozinheira, trabalhei no hotel, fui copeira, babá de menino, tudo isso eu fiz na minha vida e graças a Deus estou aqui ainda.

Depois que casei, trabalhei em laboratório, lavando os vidro, enchendo os vidro com aqueles remédios, lacrando... depois que eu sai do trabalho do laboratório eu fui trabalhá na fera, eu tinha uma banquinha de verdura. Eu era muito conhecida quando vendia verdura.

Eu pelejei pra assina o meu nome e consegui meio feio, mai ninguém me ensinou não.

Perguntamos a algumas idosas, qual o sonho profissional que elas tinham. Eis a pergunta: A Senhora sonhava em ser professora, médica ou advogada? E, eis as respostas:

Queria ser professora, pra ensinar o que era bom, chorava de desgosto por não saber, mas meus filhos todos estudaram.

Caso tivesse sido alfabetizada escolheria a profissão de enfermeira. Vejo tanta gente doente nesse mundo, queria ajudar as pessoas doentes.

[...] acho enfermagem uma profissão bonita, e também gosto de cuidar de pessoas, aliviar um sofrimento, uma dor. Estudar é a melhor coisa do mundo, você tem explicação para dá e tem facilidade de vida, mas, quem não estuda, é uma vida de dificuldade, mas vai vivendo segundo a vontade de Deus. Se pudesse voltar no tempo, o meu sonho era entrar na escola, aprender a ler, escrever, contar, escrever meu nome.

Eu queria muito aprender a ler a escrever, pois eu sonhava de ser professora. Achava importante saber das coisas ensinar o que sabia, eu admirava tudo isso. Se eu tivesse estudado eu ia me esforçar pra conseguir realizar esse sonho. Quem não sabe ler é dependente dos outros, sempre tá precisando dos outros.

A resposta a seguir é bastante reveladora:

Não minha fia, essas coisas não era pra gente não, nem pensava nisso. Essas coisas era pra quem tinha muito estudo.

E continua

Não me lembrava nem de sonhar, meu pai trabalhava na roça e minha mãe cuidava da gente e eu com certeza seguiria a mesma sina: ia trabalhar na roça casar e cuidar de menino.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Portanto, a “escolha” da profissão e até mesmo da subjetividade humana não se apresenta de forma homogênea, mas está conectada aos elementos singulares que formam uma dada civilização. Deste modo, a compreensão das particularidades históricas no que diz ao processo de institucionalização da educação das mulheres em Alagoas se faz necessário no sentido de que não é um “desejo”, mas uma opção política no cenário dominante do comando machista.

A legitimação da negação à alfabetização das mulheres faz parte do contexto social e econômico da sociedade alagoana. Reconstruir as memórias dessas mulheres é também lembrar que a elas coube uma parte mínima do patrimônio cultural, ou seja: o signo doméstico como nos relata D. Firmina, idosa, nascida na cidade de Murici em 04 de fevereiro de 1915:

Não tinha leitura não! Cresci sem nem ouvir falar em estudar, meus pais também não!

Outros depoimentos corroboram tal relato:

Naquele tempo a gente não podia estudar, pois meus pais diziam que não era preciso a gente estudar.

Meus pais forma criados da mesma forma então não eram muito incentivadores em relação a estudar, desde cedo queriam que a gente trabalhasse dentro de casa.

Meu pai trabalhava no roçado, plantava arroz, feijão e fazia farinha, depois ele não estava mais lá, minha mãe dizia ta com os homens.

Ele ficava com os homens das outras terras, meu pai trabalhava com ele às vezes, ele sabia ler e escrever poucas palavras, lindo! Minha mãe era como eu burra.

Vontade tive, mas tinha que cuidar deles, e o meu marido não deixava.

Na percepção dessas idosas não estudar era uma sina, enfim um destino:

Num dava não, eu ajudava a mãe e também ninguém ia pra ‘rua’, o pai e a mãe só conhecia o dinheiro. É o meu destino, né?

Num sei fazê meu nome, também só conheço dinheiro igual à mãe, mas agora também já tô tão doente, minha ‘fia’, essa diabete. Se eu soubesse assinar, minha fia descansava mais.

Eu dizia pros meu menino, estude e trabalhe, porque eu só trabalhei na casa de ‘família’ e até hoje num sei fazer nem meu nome, as minhas filhas mandam carta de São Paulo e é minha fia.

Não quero filha minha em situação pior do que a nossa.

A pessoa que não estudou é como se não vivesse no mundo, tem dificuldade até de escrever uma simples carta. É uma sina mardita.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Na sociedade alagoana, muito lentamente as autoridades vão compreendendo a importância social da educação no contexto da globalização financeira¹¹. Quanto ao imaginário¹² dessas mulheres acerca do “sonho perdido” é importante situar dentro do instituído e do instituinte vez que se faz atravessar por múltiplas teias sociais complexas, dialéticas e dinâmicas a um só tempo:

la viver tão bem e saber tanta coisa mais às vezes minha filha acho que sei mais do que quem estudou, alguns que estudam não sabe levar a vida como deve ser la amar a escola, pois ela deve ser um ambiente bem bonito, boa pra aprender, a respeitar a mãe, o pai, os mais velhos. E o professor devia ensinar a se comportar direito.

A partir da reconstrução teórica do significado social da escolarização por meio da memória dessas mulheres foi perceber que seus dramas fazem parte do processo de reprodução das relações sociais, cujo caráter é – por excelência – contraditório.

Conforme Nunes (2010, p. 24): “mais do que uma prática religiosa é um estereótipo cultural que dota homens e mulheres de determinados atributos e condutas”. Ou seja, determinados padrões de comportamento, por exemplo, são estipulados para serem seguidos, voltados tanto para homem quanto para mulher. Deixando claro que, para as mulheres, esses “valores” são resumidos em submissão e aceitação.

Nesse quadro a igreja representa um papel importante, pois para esta a Virgem Maria é a máxima expressão do “feminino” e encontra n’Ela uma fonte incessante de inspiração. Maria definiu-se como “serva do Senhor”, e acolheu sua vocação de esposa e mãe da família de Nazaré. Neste campo em que a imagem da mãe santifica-se e se compara à imagem da Virgem, o modelo de Feminilidade encontra-se no âmbito do sagrado, da jovem cristã fervorosa que tem por vocação o cuidar das futuras gerações, sendo seus filhos naturais ou espirituais.

Nota-se o sacrifício no qual o “ser mulher”, representava para elas próprias. Em prol de seus filhos e do marido, a figura da mãe teria que se dedicar ao máximo para passar a imagem dos “bons” atributos no qual uma boa esposa ou boa mulher deveria ter. Características como a submissão sempre esteve presente na figura feminina nessa época. Como nos diz Maria de Jesus:

¹¹ Ver Santos (2002).

¹² Ver Castoriadis (1983).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Naquela época menina não estudava, ficava em casa aprendendo a cozinhar para mais tarde se casar.

Outras Marias relatam:

Trabalhava carregando lenha, e fazia bordado ‘boa noite’, podia até estudar durante a noite, mas meu pai não deixava pensando que ia namorar. Tinha pessoas que iam ensinar em casa, era pago e meus pais não tinham interesse para eu estudar, eles diziam que precisava trabalhar para não passar fome e a escola não iria me dar o que comer.

Eu não sabia ler, mas não era uma pessoa desobediente. Meus pais nunca estudaram, mas ensinaram a eu comportar.

Os pais do povoado viam que os filhos estavam sabendo ler e escrever ficaram preocupados e não queriam mandar mais as menina pra escolinha. Eles diziam que elas sabendo ler e escrever poderia trabalhar fora e arrumar namorado. Tinham medo que as filhas virassem mulheres da vida.

D. Violeta fala da importância da educação, ressaltando que esta é uma felicidade na vida e que se tivesse idade voltaria a estudar, possibilitando outra vida que não fosse a roça, que não fosse a domesticidade, que não fosse a submissão, pois seu sonho era se tornar uma secretária. As pessoas tinham que tomar uma difícil decisão estudar ou trabalhar para que pudessem ajudar a manter a família, mesmo ainda sendo crianças. A esse respeito relata D. Jacinta, idosa, nascida em 1928 na cidade de Palmeira dos Índios:

Nunca estudei porque tive que trabalhar e além das escolas ser longe, a mais próxima era a umas duas ou talvez três léguas de distancia de onde eu morava, e só quem tinha condições de estudar nessas escolas eram os filhos dos donos de fazendas ou aqueles que tinham um pouco mais de dinheiro.

O seu analfabetismo deve-o (em sua visão) a três motivos: a inexistência de escolas próximas a sua residência, a convivência com pessoas analfabetas que não viam relevância em aprender a ler e a escrever e ao pai que não entendia porque uma mulher precisava estudar, visto que acreditava que tal habilidade só iria prestar para que ela fosse escrever para supostos pretendentes. Assim muito longe depois aprendeu somente a ‘desenhar’ seu próprio nome. Neste sentido, desabafa:

Quem não sabe ler é considerado cego, assino o meu nome somente isso, aprendi depois de velha, às vezes fico pensando como seria minha vida se eu soubesse ler e escrever.

E continua:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

É como se fossemos cegos e isso é muito triste, eu tenho muito desgosto por não saber ler, mas, fico contente por saber que hoje em as crianças têm a oportunidade de estudar sem precisar trabalhar.

Neste sentido (Costa 1931) analisa a escolarização na perspectiva de a escola transmitir um saber útil à expansão da produção agrícola. O patriarcalismo e o machismo se mostravam tão fortes que muitas mulheres já absorviam a concepção de submissão ao homem como algo normal, “tinha que ser assim”, os valores da sociedade da época eram dessa forma.

Segundo Bassanezi, as moças de família comportavam-se corretamente, tinham gestos contidos, respeitavam os pais, preparavam-se para o casamento e conservavam sua inocência sexual. Esclarecendo desta forma, que o homem e a mulher são formados culturalmente e socialmente para ocuparem diferentes espaços tanto na família como na sociedade: “[...] A mulher pobre diante da moralidade oficial completamente deslocada de sua realidade, vivia um dilema imposto pela necessidade de escapar à miséria com o seu trabalho e o risco de ser chamada de “mulher pública” [...]” (FONSECA, p.519).

Uma sociedade onde não havia espaço para a chamada “igualdade social”, histórias como essas se encontram presentes em diversas memórias dessas idosas, assim, a invisibilidade feminina estava cada vez mais presente, chegando a ser cruel, e deixando traumas que permanecem até hoje. As pessoas tinham que tomar uma difícil decisão estudar ou trabalhar para que pudessem ajudar a manter a família, mesmo ainda sendo crianças. Os sonhos impedidos fazem-se presentes hoje, porém ainda como sonhos amputados. A “vida dura” sem as letras deixou marcas, que não atingiram apenas a idosa, mas sua descendência também, impedindo uma melhor condição de vida.

5. Quem sou eu mulher?

Nada sou e tudo deveria ser. (KARL MARX, século XIX).

Este trabalho buscou, em um primeiro momento retratar o drama de mulheres idosas que deliberadamente se viram marginalizadas no seu direito ao processo de alfabetização única e exclusivamente pelo fato de terem biologicamente nascidas fêmeas. A partir do mapeamento





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

dessas memórias trazemos a lume, a problemática social do analfabetismo feminino em Alagoas e chegamos à conclusão de que essa situação se deu principalmente pelo modelo de economia adotada, isto é, uma economia agrária exportadora de caráter espoliador e negador de direitos sociais especialmente às mulheres.

Assim, fica após este incipiente estudo, um sentimento de frustração e de angústia social, pois acabamos nos envolvendo com a história de vida dessas mulheres. Nesse processo de configuração desse território de interdição não só da educação, contudo da própria forma de ser e do corpo feminino percebemos que essas mulheres idosas trazem uma marca de sonhos desfeitos, isto é, se em um primeiro momento curvaram-se ao domínio masculino por outro lado refugiaram-se em suas lembranças e fantasiaram um futuro hipotético para se viver não se sabe em que época social e histórica.

Esses fragmentos de memória de mulheres idosas de Alagoas, que vivenciaram a condição de analfabetas durante toda a vida demonstram que essas não optaram viver dessa forma, mas que foram marcadas historicamente para viverem desse jeito. Concluiu-se que essas memórias levam a problematizar a situação social da educação nessa parte do Brasil que carrega até os dias de hoje a ‘herança maldita’ que de geração a outra se perpetua. Sim, porque hoje não apenas as mulheres pobres e da zona rural por específico são vítimas do analfabetismo, entretanto outros segmentos importantes da sociedade como as crianças e os adolescentes, que no futuro engrossarão as estatísticas dessa ‘chaga’ social.

Por outro lado, constatou-se que a História Oral é importante caminho metodológico para o estudo da História da Educação em Alagoas, no sentido de reconstruir trajetórias de vida marginais em que a sociedade propositadamente pôs a pedra do ‘esquecimento’. Por meio dos registros das experiências das depoentes, chega-se a profícuos resultados que podem inclusive serem aliados fortes na recomposição historiográfica da educação. Discutiu-se neste trabalho a condição feminina do início do século XX, que vivenciaram um processo marcado pelo signo da subalternidade no Nordeste brasileiro. Sabemos que esse período é caracterizado por profundas transformações sociais, históricas, econômicas, políticas, culturais e subjetivas de modo que em certo sentido o papel delegado à mulher também vai sofrendo alterações.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nas práticas de interlúquios com as idosas ficou gravado (na memória) a força de vida dessas pessoas, as suas experiências de rejeição social marcaram-nas profundamente. Foi possível realizar uma leitura da paisagem existencial de tais mulheres. Assim, ao longo do trabalho tentou-se enfatizar os cuidados afetivos que se traduzem na aceitação da subjetividade e da intersubjetividade que formam essas pessoas marginalizadas no processo educacional.

Referências

- BATISTA, Thaís Marine. **Memórias de idosos**. Maceió: CEDU/UFAL, texto digitalizado, 2009.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tusquets Ed., Barelona, 1983.
- COSTA, Craveiro. **Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial. 1931. Monografia Escrita por Solicitação do Ministério da Educação e Saúde Pública.
- HARRIS, Th. L.; HODGES, R. E. **Dicionário de alfabetização: vocabulário de leitura e escrita**. Trad. Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- GOMES, Eva Paulina da Silva. **Memórias de idosos**. Maceió: CEDU/UFAL, texto digitalizado, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.1
_____. **Cadernos do cárcere**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. v.3.
_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. v. 5
- LIMA, Simone Maria de. **Memórias de idosos**. Maceió: CEDU/UFAL, texto digitalizado, 2009.
- MELO, Ana Lúcia de Oliveira. **Memórias de idosos**. Maceió: CEDU/UFAL, texto digitalizado, 2008.
- NOGUEIRA, Cristiane Costa. **Memórias de idosos**. Maceió: CEDU/UFAL, texto digitalizado, 2009.
- PINTO, Bárbara Guedes. **Memórias de idosos**. Maceió: CEDU/UFAL, texto digitalizado, 2008.
- PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- RAMOS, Graciliano. **Infância**. São Paulo, Rio de Janeiro: Record. (s/d).
- SANTOS, Aline da Silva. **Memórias de idosos**. Maceió: CEDU/UFAL, texto digitalizado, 2008.
- SANTOS, Maria madalena. **Memórias de idosos**. Maceió: CEDU/UFAL, texto digitalizado, 2010.
- SCHULTZ, T. W. **O capital humano: Investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
_____. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1973.
- SANTOS; Boaventura de Souza. (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Givanildo da. **Memórias de idosos**. Maceió: CEDU/UFAL, texto digitalizado, 2008.

